

EDITAL Nº 02, DE 29 DE JANEIRO DE 2016
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO IBGE 01/2016

A Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) torna pública a retificação do Edital nº 01/2016 do Processo Seletivo Simplificado, publicado no DOU do dia 21 de janeiro de 2016, seção 3, páginas 105 a 116 que passa a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido Edital.

ANEXO I - REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA CONTRATAÇÃO

Onde se lê:

ÁREA DE CONHECIMENTO	REQUISITOS
Logística	Curso Superior completo com graduação em Administração, ou em Engenharia de Produção; reconhecido pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação.

Leia-se:

ÁREA DE CONHECIMENTO	REQUISITOS
Logística	Curso Superior completo com graduação em Administração, Engenharia de Produção, Logística ou Direito; reconhecido pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação.

Onde se lê:

ÁREA DE CONHECIMENTO	REQUISITOS
Auditoria	Curso Superior completo com graduação em Ciências Contábeis, ou em Tecnologia da Informação, ou em Administração, ou em Economia, ou em Engenharia; reconhecido pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação.

Leia-se:

ÁREA DE CONHECIMENTO	REQUISITOS
Auditoria	Curso superior completo com graduação em Ciências Contábeis, Administração, Economia, Direito, Análise de Sistemas, ou Engenharia de Produção; reconhecido pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação. No caso de formação em Ciências Contábeis, o candidato deverá apresentar a habilitação/registro no Conselho da categoria profissional.

Onde se lê:

ÁREA DE CONHECIMENTO	REQUISITOS
Produção Gráfica/Editorial	Curso Superior completo com graduação em Produção Editorial, ou em Comunicação Social com habilitação em Produção Editorial ou em Editoração; ou cursos de graduação correlatos segundo Tabela de Convergências do Ensino Superior do MEC; reconhecido pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação.

Leia-se:

ÁREA DE CONHECIMENTO	REQUISITOS
Produção Gráfica/Editorial	Curso Superior completo com graduação em Comunicação Social com habilitação em Produção Editorial ou Editoração; ou em Design com habilitação em Comunicação Visual; ou em Desenho Industrial com habilitação em Programação Visual ou Comunicação Visual; ou em Design Gráfico; ou em Tecnólogo em Produção Gráfica ou cursos de graduação correlatos às áreas de Produção Editorial, Design, Desenho Industrial e Comunicação Visual, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação.

ANEXO III - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Onde se lê:

Ciências Contábeis - Contabilidade Pública: Conceituação, objeto e campo de atuação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Patrimônio e Sistemas Contábeis: definições de patrimônio público, classificação do patrimônio público sob o enfoque contábil, a estrutura do sistema contábil: Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; Transações no Setor Público: conceito de atos e fatos, alterações qualitativas e quantitativas do patrimônio público, natureza, reflexos e variações das transações no patrimônio público; Registro Contábil: definições, formalidades ou princípios dos registros contábeis, reconhecimento e bases de mensuração ou avaliação aplicáveis ao patrimônio das entidades do setor público; Demonstrações Contábeis: balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, demonstrações das variações patrimoniais; O Controle Interno: abrangência, classificação; Depreciação, Amortização e Exaustão: critérios de mensuração e reconhecimento, métodos e divulgação, Avaliação e mensuração de Ativos e Passivos: disponibilidades, créditos e dívidas, estoques, investimentos permanentes, imobilizados, intangíveis, diferidos e reavaliação e redução ao valor; Prestação de Contas: análise, avaliação de comportamentos e elaboração com notas explicativas; Despesa Pública: despesa sob o enfoque patrimonial, despesa orçamentária, estrutura orçamentária da despesa orçamentária, reconhecimento da despesa sob o enfoque patrimonial, Receita Pública: reconhecimento da receita sob o enfoque patrimonial, etapas da receita orçamentária, classificação da receita, o relacionamento do regime orçamentário com o regime de competência, conceito, transferências intragovernamentais, transferências voluntárias, Princípios de Contabilidade; Legislação: Resolução CFC nº 774/1994, Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101, de 4 de maio de 2000, e alterações posteriores, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Resolução CFC nº 1.121/2008, Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2009, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e alterações posteriores, Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e alterações posteriores, Resolução CFC nº 732/1992, Resolução CFC nº 750/1993 apêndice II, Resolução CFC nº 1.111/2007, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: NBCs T 16.1 a 16.11, Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e alterações, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6ª edição.

Leia-se:

Ciências Contábeis - Contabilidade Pública: Conceituação, objeto e campo de atuação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Patrimônio e Sistemas Contábeis: definições de patrimônio público, classificação do patrimônio público sob o enfoque contábil, a estrutura do sistema contábil: Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; Transações no Setor Público: conceito de atos e fatos, alterações qualitativas e quantitativas do patrimônio público, natureza, reflexos e variações das transações no patrimônio público; Registro Contábil: definições, formalidades ou princípios dos registros contábeis, reconhecimento e bases de mensuração ou avaliação aplicáveis ao patrimônio das entidades do setor público; Demonstrações Contábeis: balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, demonstrações das variações patrimoniais; O Controle Interno: abrangência, classificação; Depreciação, Amortização e Exaustão: critérios de mensuração e reconhecimento, métodos e divulgação, Avaliação e mensuração de Ativos e Passivos: disponibilidades, créditos e dívidas, estoques, investimentos permanentes, imobilizados, intangíveis, diferidos e reavaliação e redução ao valor; Prestação de Contas: análise, avaliação de comportamentos e elaboração com notas explicativas; Despesa Pública: despesa sob o enfoque patrimonial, despesa orçamentária, estrutura orçamentária da despesa orçamentária, reconhecimento da despesa sob o enfoque patrimonial, Receita Pública: reconhecimento da receita sob o enfoque patrimonial, etapas da receita orçamentária, classificação da receita, o relacionamento do regime orçamentário com o regime de competência, conceito, transferências intragovernamentais, transferências voluntárias, Princípios de Contabilidade; Legislação: Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101, de 4 de maio de 2000, e alterações posteriores, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Portaria Com junta STN/SOF nº 2/2009, Resolução CFC nº 750/1993 apêndice II, Resolução CFC nº 1.111/2007, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: NBCs T 16.1 a 16.11, Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e alterações, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6ª edição.

Jornalismo:

Onde se lê:

"(...) comunicação cidadã (jornalismo colaborativo, financiamento coletivo, leftright e narrativas independentes).

Leia-se:

"(...) comunicação cidadã (jornalismo colaborativo, financiamento coletivo, **copyleft** e narrativas independentes).

Gestão e Infraestrutura:

Onde se lê:

Empenho com Garantia de Pagamento (Decreto nº 2.439/97)

Leia-se:

Empenho com Garantia de Pagamento (Decreto nº 7.995/2013)

Wasmália Socorro Barata Bivar

Presidenta da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE